

# Sucessor de Ulysses terá mais poder

O futuro presidente da Câmara dos Deputados, a ser eleito em 15 de fevereiro do próximo ano, terá, pela primeira vez, desde a instauração do regime militar no País, em 1964, maior expectativa de poder político no plano externo do que no âmbito interno daquela casa do Congresso.

O deputado Ulysses Guimarães, que preside hoje a Câmara, chegou a nomear ministros no governo do presidente José Sarney. Esse fato não ocorreu, porém, porque Ulysses presidiu a Câmara, mas por ser ele o dirigente nacional do PMDB, partido que elegeu Sarney e apoiou sua posse na Presidência da República, em momento difícil, ao adoeecer o presidente então eleito, Tencredo Neves.

O sucessor de Ulysses dificilmente nomeará ministros pelo fato de ser o substituto eventual de Sarney. Mas, dadas as circunstâncias de que 1989 é o último ano de mandato do atual Presidente, o futuro dirigente da Câmara, por não ter maiores compromissos pessoais com o governo, estará também menos limitado em suas iniciativas políticas. Essa, por sinal, é a esperança de boa parte do PMDB, que espera do sucessor de Ulysses atitudes capazes de modificar a fisionomia do partido, perante a opinião pública, sempre que ele for chamado a substituir Sarney na chefia do Executivo.

Quanto ao papel do futuro Presidente, nas questões específicas da Câmara ou mesmo na condução das controvérsias políticas e legislativas dessa Casa, sua importância estará bastante reduzida em 1989. Pelo novo regimento interno que está sendo elaborado e será aprovado ao iniciar-se o próximo ano legislativo, a função hoje decisiva do presidente da Câmara, em quase todos os assuntos, passa a ser exercida, colegiadamente, pelos líderes dos vários partidos com representação naquela casa do Congresso.

Políticos do PMDB, como o deputado Chico Pinto, da Bahia, reclamam do fato de que Ulysses, tendo substituído Sarney na Presidência da República, por catorze vezes, confundiu-se com o governo, a ponto de transmitir ao eleitorado brasileiro a impressão de que os dois são uma única pessoa. Por isso, acham que o PMDB, de maneira geral, foi tão maltratado nas últimas eleições municipais do País.

O que esperam os parlamentares do PMDB do próximo presidente da Câmara a ser escolhido, em tese, dentre seus duzentos e poucos representantes naquela casa legislativa?

Acima de tudo — como quer Chico Pinto — que o substituto de Ulysses tenha uma atuação política independente em relação à do chefe do governo.

## Interesses

De certa forma, a estes peemedebistas pouco interessa que o futuro presidente da Câmara tenha sob seu controle, no Orçamento da União de 1989, a dotação de 43 bilhões e 913 milhões de cruzados. Sob esse aspecto, o sucessor de

Ulysses não terá muito o que fazer. Do total de recursos orçamentários que cabe à Câmara, no próximo exercício, 39 bilhões e 668 milhões de cruzados se destinam a assegurar a ação legislativa e o funcionamento daquela casa. Portanto, pouco mais de quatro bilhões de cruzados serão utilizados em obras de conservação e de reparos, bem assim no pagamento de benefícios aos inativos e pensionistas da Câmara. Trata-se de recursos cuja aplicação é regularmente submetida ao Tribunal de Contas da União e a Câmara, há vários anos, tem suas contas aprovadas, com louvor, no TCU.

Para 1989, apesar da resistência de alguns setores partidários, a Câmara obteve, no orçamento, recursos em montante ainda não definido, a serem utilizados na construção de mais um anexo ao conjunto de edifícios daquela Casa do Congresso, destinado ao alojamento de novos deputados, criados com a ampliação das bancadas de algumas unidades da Federação e em face da instituição do Estado de Tocantins.

Por tudo isso, não sobra recurso para a eventual ampliação do quadro de funcionários da Câmara, hoje composto de quase cinco mil servidores efetivos ou efetivados pela Constituição promulgada no último dia 5 de outubro, ou seja, dez servidores para cada deputado. A hipótese de nomeação de funcionários não-concursados ainda existe quanto ao pessoal de nível técnico, mas, criado o Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo — o Sindilégis — a fiscalização sobre atos que tenham tal objetivo se tornou mais eficaz. O próprio Senado, que há muitos anos não realizava concurso público, vai promover, em breve, a seleção de tradutores, técnicos em comunicação social e outras especialidades, através de provas públicas, abertas em todo o País.

## Pequenos poderes

Do ponto de vista representativo, o presidente da Câmara, tanto quanto o do Senado — por dirigirem um poder independente — exercem influência capaz de proporcionar aos deputados e senadores (como ocorre também no Executivo, em todas as áreas), viagens ao exterior, a diversos pretextos. As duas casas do Congresso, além disso, são filiadas à União Interparlamentar Mundial, que congrega parlamentos de todos os países com representação política eleita diretamente pelos respectivos povos. O Senado e a Câmara também fazem parte da Interparlamentar de Turismo, organização que se reúne periodicamente, a cada ano, em um país. Parlamentares brasileiros participam dessas reuniões, mas os presidentes da Câmara e do Senado, só em caráter excepcional, pesam na escolha dos congressistas que vão viajar. Em geral, tais escolhas são feitas pelos líderes dos diversos partidos, em função das vagas a que cada agremiação faz jus nas comitivas.

Para os deputados que têm em vista mais os aspectos essenciais

Arquivo 21.9.88



Arquivo 21.9.88



Arquivo 11.7.88



Entre Paes de Andrade (E), Mincarone (C) e Bernardo Cabral (D) sairá o presidente da Câmara

da representação política e da valorização da instituição parlamentar, nomear funcionários ou propiciar viagens aos congressistas é tão desgastante para o Legislativo quanto a omissão desse poder em face das questões do interesse público.

Por isso, o deputado Chico Pinto e outros peemedebistas querem que o futuro presidente da Câmara (provavelmente do PMDB, por ser o partido majoritário nessa Casa) marque a instituição em termos políticos positivos.

Uma das possibilidades de que isso aconteça será fazer com que o substituto de Ulysses restaure uma praxe adotada desde o tempo do deputado Ranieri Mazzili, ex-presidente da Câmara. Sempre que assumia o governo, durante as ausências de seu titular, Mazzili levava em sua companhia, para o palácio presidencial, um chefe da Casa Civil e outro da Casa Militar (hoje transformados em gabinete, com status de ministros) de sua absoluta confiança. Por sinal, quando da renúncia do ex-presidente Jânio Quadros, Mazzili nomeou chefe de seu Gabinete Militar o então general Ernesto Geisel, futuro presidente da República, e participou efetivamente das negociações políticas que permitiram a posse de João Goulart na presidência.

A prática deste sistema chegou a merecer críticas de alguns setores do Congresso, no passado, mas, por tê-lo instaurado, conforme reconhecem os parlamentares mais antigos, o ex-deputado Ranieri Mazzili jamais teve do que se arrepender, eleitoral e politicamente.

## Estilo

“Ele não mudava o Ministério — recorda Chico Pinto — mas governava, mesmo em caráter transitório, com seu estilo, sabendo exatamente o que estava sendo feito sob sua presidência interina”.

Os peemedebistas que concordam com a idéia de Chico Pinto observam que, hoje, depois de assumir a presidência em lugar de Sarney por catorze vezes, Ulysses não tem como adotar o estilo de Mazzili.